



O pêndulo move-se

AMÉRICA DO SUL A eleição do professor Pedro Castillo no Peru é mais uma derrota dos neoliberais no subcontinente

POR GILBERTO MARINGONI*

A apertadíssima vitória de Pedro Castillo no segundo turno das eleições presidenciais do Peru tem tudo para representar um giro político num país que há quatro anos vive numa gangorra de instabilidades. No contexto sul-americano, a chegada de mais um líder de esquerda ao poder mostra que a onda neoliberal inaugurada com a eleição de Mauricio Macri, na Argentina, em 2015, o golpe contra Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016, e a assunção de Jair Bolsonaro em 2018 tem perdido impulso e legitimidade popular.

Castillo soma-se a dois presidentes de centro-esquerda eleitos recentemente, o argentino Alberto Fernández e o boliviano Luís Arce, bem como ao expressivo desempenho de candidatos progressistas e independentes na eleição constituinte chilena, fruto dos intensos protestos de 2019. O quadro completa-se com as mobilizações populares colombianas, quase ininterruptas há 45 dias, e os crescentes sinais de descontentamento social com o bolsonarismo no Brasil. Só o Equador destoou da tendência, ao eleger o financista Guillermo Lasso, que virou o jogo no segundo turno contra o jovem correísta Andrés Arauz. É difícil examinar a quente tais fenômenos com métrica única, mas vale constatar que todos os países enfrentam crises sanitárias, devido à pandemia de Covid-19, assim como todos estão

ou estiveram submetidos à nova cepa de políticas neoliberais, muito mais agressivas e danosas aos direitos sociais e à democracia do que a onda dos anos 1990.

O caso peruano é intrigante. Castillo entrou na disputa como coadjuvante inesperado e roubou a cena principal. O professor do ensino fundamental e dirigente sindical da província de Cajamarca, região agrícola empobrecida a 850 quilômetros ao norte de Lima, tornou-se conhecido por dirigir uma greve nacional da categoria em 2017. O desgaste de lideranças tradicionais acabou

por abrir espaço ao sindicalista, entre outros 17 candidatos no primeiro turno da disputa presidencial. Obteve surpreendentes 18,9% dos votos, contra 13,4% de sua oponente, Keiko Fujimori. A filha do ex-ditador Alberto Fujimori realizou uma campanha esperta. Exibiu um programa de governo elaborado por marqueteiros, com ênfase no caráter social do Estado, ao mesmo tempo que deflagrou uma rasteira campanha anticomunista contra o oponente. A operação envolveu a produção de vídeos estrelados por craques do futebol local alardeando o perigo que as famílias correriam com a suposta volta do terrorismo dos anos 1980.



Lasso surpreendeu na eleição equatoriana

Fenômeno eleitoral com forte apelo nas classes médias urbanas, a ex-deputada buscou posicionar-se como caudatária de uma direita moderna – variante do neoliberalismo progressista, de que fala Nancy Fraser –, com propostas focadas na melhora da educação pública, ampliação dos direitos da infância e da adolescência e foco na igualdade de gêneros. Tópicos como a defesa de equiparação salarial entre mulheres e homens, denúncias de violência e de feminicídios, além de promessas de incremento nos serviços públicos embalsamaram Fujimori como postulante multifacetada. Seus materiais de campanha propunham o fortalecimento de serviços públicos em várias áreas, ao mesmo tempo que exaltavam a lembrança

GIAN MASCOI/AFPE BOLIVAR PARRA/PE



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 52

Israel. Pouco ou quase nada vai mudar com a saída de Netanyahu do poder



Castillo vence por pouco

Reacionário nos costumes, o sindicalista aposta em políticas social-democratas

paterna de intolerância com a criminalidade e o terrorismo, espécie de maravilha curativa para todos os medos da população. Apesar de condenado e preso desde 2009 por crimes contra a humanidade, o pai é mencionado como o salvador na luta contra a hiperinflação e a anarquia.

O Peru ostenta um dos mais altos índices proporcionais de mortes durante a pandemia. No fim de abril, a marca atingiu 26 óbitos por milhão de habitantes, bem acima da fração brasileira, que chegava na ocasião a 11,8%, tendo caído desde então. De acordo com o *World Economic Outlook*, do FMI, a economia peruana retraiu 11,1% em 2020 e deve crescer 8,5% em 2021 e 5,2% em 2022, graças à alta do preço internacional das commodities observada neste primeiro semestre.

O mergulho recessivo do ano passado soma-se a um quadro de desgaste da política institucional, causado por sucessivos escândalos de corrupção. Em 2018, versão local da operação Lava Jato arrolou uma série de denúncias contra o então presidente Pedro Pablo Kuczynski. Ele teria recebido propinas da Odebrecht, gigante brasileira presente no país desde 1979, onde tocava dezenas de obras de infraestrutura. O chefe do Executivo renunciou e seu vice, Martín Vizcarra, assumiu o cargo. Em pouco mais de dois anos, novas denúncias geraram processo de *impeachment* – sob o argumento de que o mandatário era “moralmente incompetente”. Em seguida,



o presidente do Congresso Nacional, Manuel Merino, foi empossado, cumprindo apenas uma semana de mandato, por não ter sustentação no Legislativo. Após intensas disputas congressuais, Francisco Segasti foi indicado presidente interino, até as eleições de agora.

Assim como no Brasil, a cruzada moralizante tem sólidos laços com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Em 2016, o órgão publicou documento no qual afirmava que todos os presidentes das duas décadas anteriores se envolveram em histórias mal contadas, assim como vários administradores regionais e locais. Talvez o caso mais dramático seja o de Alan García, que dirigiu o país entre 2006 e 2011. Quando a polícia chegou em sua casa com a ordem de prisão, em 17 de abril de 2019, ele se refugiou no banheiro e meteu uma bala na cabeça. Keiko Fujimori não escapou da razia lavajatista, permanecendo detida por 16 meses, entre 2018 e 2020.

Assim como o candidato, a agremiação de Castillo emerge quase de surpresa no confuso cenário local. Criado em 2007, o Partido Político Nacional Peru Livre assume-se oficialmente como “marxista-leninista-mariateguista” e nunca teve um desempenho eleitoral expressivo. O futuro presidente apresenta um programa muito próximo das formulações

Colômbia e Chile estão em convulsão. O bolsonarismo enfraquece no Brasil

da social-democracia europeia clássica. Entre outras coisas, propõe recolocar o Estado no centro da atividade econômica. O candidato ainda aponta que “o orçamento anual do setor público (...) deve ser reconsiderado na seguinte prioridade: educação, saúde, transporte, agricultura e saneamento”. Os destaques são a destinação de 10% do PIB para a educação, além de um “sistema de saúde único, gratuito, massivo, descentralizado, participativo e de qualidade”.

O centro das diretrizes de governo é a convocação de plebiscito sobre a realização de uma Assembleia Constituinte. A meta é revogar a Carta de 1993, outorgada por Alberto Fujimori. Apesar das intenções, é difícil que Castillo consiga maioria parlamentar para aprovar seus projetos. Nenhum partido tem alta presença relativa num Legislativo dividido entre 11 bancadas. O Peru Livre, entre os que obtiveram melhores resultados, conquistou apenas 11% das cadeiras e as chances

da formação de uma coalizão progressista para obter maioria de votos é mínima.

O presidente eleito é descrito como conservador e autoritário. A constatação tem razão de ser. Na campanha de primeiro turno, Castillo prometeu “desativar o Congresso” e fechar o Tribunal Constitucional (a Suprema Corte), caso suas propostas não sejam aprovadas. Na área de direitos civis, entidades e partidos progressistas ficaram de cabelo em pé ao saberem que o professor é contra o direito ao aborto e se opõe a “questões de gênero” e prerrogativas da população LGBT. Para conquistar a classe média urbana no segundo turno – eleitorado preferencial de sua oponente – e pressionado por apoiadores mais à esquerda, moderou e mudou algumas de suas posições originais.

A propalada onda reformista sul-americana do início do século, iniciada com a eleição de Hugo Chávez em 1988, só mostrou firmeza quando o Brasil, que apresenta 70% do PIB regional e metade da população, elegeu Lula, quatro anos depois. O período foi embalado por um ciclo altista nos preços das *commodities*, que perdurou por uma década, possibilitando o advento de programas de redução da pobreza e de melhora dos serviços públicos, sem que houvesse significativa distribuição de renda. Em praticamente todos os países que elegeram líderes de centro-esquerda, a vida melhorou para os mais pobres, sem tocar nos interesses dos ricos. Além disso, o quadro de desindustrialização – com destaque para Argentina e Brasil – não se alterou no essencial, reafirmando o caráter primário-exportador das economias regionais, num mundo em que as hierarquias entre centro e periferia se acentuam.

São problemas a serem resolvidos mais adiante. Por enquanto, vale constatar que o pêndulo do poder começa a se mover em outro sentido na região. •

**Professor de Relações Internacionais da UFABC.*



O Chile rechaça a herança pinochetista